

A FUNÇÃO DE INTELLECTUAL: UM DIÁLOGO ENTRE ANTONIO GRAMSCI, PIERRE BOURDIEU E EDWARD SAID

Bárbara Araújo Machado

bepontoaraujo@gmail.com

Universidade Federal Fluminense ¹

Resumo: O conceito “intelectual” carrega em si múltiplas acepções, cada qual com implicações políticas distintas. Proponho no presente artigo apresentar uma discussão teórica sobre esse conceito, cujo fio condutor será a função social desempenhada pelos/as intelectuais, a partir dos escritos de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. Por partir de uma perspectiva teórica gramsciana, tomarei o conceito de “intelectual orgânico” como norte da discussão, colocando-o em diálogo com as formulações acerca da função de intelectual desenvolvidas por Bourdieu e por Said. Assim, a questão principal do artigo gira em torno do grau de vinculação ou de autonomia dos/as intelectuais em relação aos grupos hegemônicos e subalternos na sociedade.

Palavras-chave: Intelectual; Intelectual orgânico; Campo intelectual; Representações do intelectual; Autonomia.

Abstract: The concept of ‘intellectual’ conveys multiple meanings, each bearing different political implications. The present article proposes a theoretical discussion about this concept addressing the social role played by intellectuals, considering the writings of Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu and Edward Said. Gramsci’s concept of ‘organic intellectual’ is the guide for this discussion and it is therefore discussed with the formulations and contributions concerning the role of intellectual proposed by Bourdieu and Said. Thus the article’s main question is of how connected or autonomous are intellectuals in relation to hegemonic or subaltern social groups.

Keywords: Intellectual; Organic intellectual; Intellectual Field; Representations of the intellectual; Autonomy.

Ainda que o conceito de intelectual abarque definições variadas, cada qual com implicações políticas distintas, há uma percepção específica dele presente no senso comum. Em geral, a palavra remete a um indivíduo dedicado sobretudo ao mundo das idéias, cuja posição ativa em relação à realidade possibilita que ele ou ela realize uma análise ponderada e neutra de seu entorno.

¹ Bolsa de Mestrado em História financiada pela CAPES. Orientação: Prof. Dr. Marcos Alvito Pereira de Souza

O conceito de “intelectual orgânico”, de Antonio Gramsci, se afasta da noção de “intelectual” do senso comum. O adjetivo “orgânico” pode ser compreendido através de dois sentidos que se complementam: *organicidade* e *organização*. Segundo Gramsci, “todo grupo social (...) cria para si (...) uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2006^a, p. 15). Assim, ser intelectual significa estar *organicamente* associado a uma classe. Ao evidenciar o vínculo necessário dos/as intelectuais a um grupo social determinado,² Gramsci rejeita a ideia de uma neutralidade política, afirmando seu papel ativo na luta de classes.

O autor contrapõe intelectuais orgânicos, característicos da ordem social burguesa, àqueles/as a quem chama de “intelectuais tradicionais”, uma categoria preexistente às sociedades capitalistas que representa na contemporaneidade “uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2006a, p. 16). Intelectuais tradicionais “se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”, posição que tem consequências políticas e ideológicas importantes, ao conformar o senso comum em torno do papel das/os intelectuais de modo geral:

Toda filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo conjunto social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser ‘independentes’, autônomos, dotados de características próprias, etc. (GRAMSCI, 2006a, p. 17).

Para Gramsci, o grande erro metodológico nas tentativas de definição do conceito de intelectual é a busca de um “critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (...) se encontram” (GRAMSCI, 2006a, p. 18). Com isso em vista, a formulação teórica gramsciana se dá no sentido de compreender a função de intelectual dentro da ordem burguesa, evidenciando sua vinculação classista.

O autor chama atenção para o fato de que “todos os homens [*sic*] são intelectuais, mas nem todos os homens [*sic*] têm na sociedade a função de intelectuais”, em referência ao fato de que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade

² Optei por utilizar uma linguagem inclusiva de gênero no presente artigo e, por isso, há momentos em que as desinências de gênero masculino e feminino encontram-se na mesma palavra, separadas por uma barra, quando o sentido é universal (exemplos: dos/as; intelectual orgânico/a; estudiosa/o).

intelectual criadora” (GRAMSCI, 2006a, p. 18).³ A diferença que caracteriza um/a intelectual orgânico/a em termos de sua função é a *organização* do grupo social a que se vincula, e não meramente o exercício de atividades intelectuais.

A proposta de uma filosofia da práxis por Antonio Gramsci revela a indissociabilidade de teoria e prática para o autor. Suas reflexões sobre a realidade italiana e, mais amplamente, sobre a dinâmica das sociedades capitalistas, visam a uma transformação radical da sociedade. Preocupado em refletir sobre estratégias para mudar a correlação de forças entre classes dominantes e subalternas, Gramsci criticou a perspectiva marxista economicista de revolução, focada no desenvolvimento das forças produtivas. Em contrapartida, propôs uma análise detida da superestrutura, considerando sua importância na manutenção da ordem burguesa.

O autor apresenta uma divisão de caráter explicativo da superestrutura em dois planos (que são, na verdade, indissociáveis). O “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, correspondentes à “função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”, é nomeado de “sociedade civil”, enquanto o “‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado ou no governo jurídico” trata-se por “sociedade política” (GRAMSCI, 2006a, p. 20-21). Nesses planos, os/as intelectuais orgânicos/as dos grupos dominantes atuam como “funcionários”/as da manutenção da ordem burguesa, através da construção de um consenso social de que as classes dominantes possuem um papel histórico de liderança, apresentando-as como representantes da totalidade da sociedade. Esse consenso é construído ideologicamente no plano da sociedade civil, mas tem a fragilidade inerente de ser um projeto parcial de sociedade. Assim, diante da possibilidade da ocorrência de dissenso por parte das/os subalternas/os,

o aparelho de coerção estatal (...) assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, (...) [sendo] constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2006a, p. 21).

É possível perceber a ampliação do escopo da acepção de “intelectual” a partir das formulações de Gramsci, já que intelectuais orgânicos/as, sendo “funcionários”/as da construção da hegemonia tanto através de consenso como de coerção, não são apenas jornalistas, estudiosas/os e políticas/os, mas também militares, policiais etc.

³ O recurso do “*sic*” é usado na citação com o intuito de evidenciar o uso do termo “homens” para se referir ao conjunto da humanidade e não apenas a indivíduos do sexo masculino.

Além de intelectuais associados às classes dominantes, há intelectuais orgânicos/as vinculados aos grupos subalternos, cuja atuação se dá no sentido da construção de uma contra-hegemonia. Para Gramsci, um passo fundamental na estratégia revolucionária envolve a necessidade de uma “reforma intelectual e moral”, isto é, uma transformação da “concepção de mundo” através da luta cultural contra-hegemônica (GRAMSCI, 2000, p. 18). Embora o autor utilize a metáfora da base/superestrutura em seus escritos, ele não percebe a cultura como um âmbito isolado ou desimportante da realidade. Para ele, cultura e política são elementos indissociáveis que têm papel decisivo na manutenção da sociedade de classes. Por isso, a organização dos/as intelectuais orgânicos/as subalternos/as em aparelhos privados de hegemonia é fundamental para a disputa contra-hegemônica e para a reforma do senso comum, visando à construção de uma concepção de mundo alternativa e crítica como parte da luta por uma nova realidade social.

Em *Literatura e vida nacional*, Gramsci investiga particularmente o papel da literatura e das/os escritores na disputa por hegemonia. Nessas reflexões, ele procurou responder à questão de porque a literatura italiana da época não caía no gosto das classes populares, ao passo que autores estrangeiros mais antigos como Voltaire faziam grande sucesso. O problema, para o autor, era o notável distanciamento entre as idéias veiculadas nas obras dos escritores italianos e a concepção de mundo e os valores populares na Itália. Era preciso não impor valores vanguardistas com os quais o povo italiano não conseguisse se relacionar, mas elaborar os valores existentes, aprofundar-se na cultura popular e dialogar com seu mundo moral e intelectual. Para Gramsci, a premissa de uma literatura “nova” e progressista deve ser histórica, política e popular, isto é, imbuída da compreensão de que

a arte é sempre ligada a uma determinada cultura ou civilização e que – lutando para reformar a cultura – consegue-se modificar o ‘conteúdo’ da arte, trabalha-se para criar uma nova arte, não do exterior (...), mas do interior, visto que se modificou todo o homem [sic] na medida em que se modificam seus sentimentos, suas concepções e as relações do qual o homem é necessária expressão (GRAMSCI, 1968, p. 64).

Com isto, Gramsci sinaliza contra a ambição da veiculação de uma arte revolucionária que atue como uma vanguarda política, iluminando os corações e mentes humanos para o caminho da transformação social. Não seria a “nova arte”, imposta externamente ao povo, a responsável por criar uma “nova humanidade”, senão as próprias pessoas as responsáveis por criar nova arte e uma nova sociedade. Perceber a moralidade, a cultura e os sentimentos populares não como “algo estático, mas como

atividade contínua em desenvolvimento” (GRAMSCI, 1968, p. 26) é fundamental para construir um pensamento social crítico – um sentido palpável para a ideia de uma “nova humanidade”.

Esse caráter vanguardista da arte estaria relacionado com o afastamento orgânico entre intelectuais e setores populares:

Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente alguns sejam de origem popular; não se sentem ligados ao povo (...), não o conhecem e não percebem suas necessidades, aspirações e seus sentimentos difusos; em relação ao povo, são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação – com funções orgânicas – do próprio povo (GRAMSCI, 1968, p. 106).

A solução para essa danosa dissociação é, fundamentalmente, que as classes populares produzam seus/suas próprios/as intelectuais orgânicos/as. Ainda que Gramsci considere como intelectuais orgânicos/os subalternas/os aquelas/es provenientes de outros grupos sociais que se associem aos seus interesses na luta de classes (por exemplo, os setores médios), é fundamental para o empoderamento desses grupos a sua auto-organização.

A percepção do papel de intelectual para o sociólogo francês Pierre Bourdieu não poderia ser mais contrastante. Para ele, o distanciamento entre intelectuais e as classes populares é condição necessária para o bom funcionamento do campo científico. Bourdieu afirma que é possível medir o grau de autonomia de um campo através de sua capacidade de “refração”, ou seja, de retraduzir sob formas específicas as demandas externas a ele, aquelas presentes no conjunto da sociedade. Assim, quanto mais “os problemas exteriores, em especial os problemas políticos” se refletem “no campo, ele é menos autônomo ao mundo social. Quanto mais [os] refrata, mais autônomo é” (BOURDIEU, 2004, p. 22). A autonomia do campo científico é particularmente desejável, um ideal almejado por Bourdieu, que defendia que a sociologia deveria ser “um campo autônomo – assim como é a matemática – no qual os produtores teriam como únicos consumidores seus concorrentes” (BURAWOY, 2010, p. 45). Assim, as questões políticas e sociais não deveriam influir diretamente na produção de conhecimento para que esta pudesse ter caráter verdadeiramente científico:

Quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (...) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas (BOURDIEU, 2004, p. 32).

A distância entre intelectuais e classes populares, além de ser a condição ideal para a produção de conhecimento científico, teria a ver com o fato de que o *habitus* – as

“disposições adquiridas” e “maneiras de ser permanentes, duráveis” (BOURDIEU, 2004, p. 28) – das/os intelectuais e o das classes populares são essencialmente diferentes, o que tem como consequência que esses grupos não possam jamais se compreender verdadeiramente:

Não há espaço para analisar a veracidade ou falsidade da imagem insustentável produzida, acerca do mundo operário, pelo intelectual quando, ao posicionar-se na situação de um operário sem ter um *habitus* de um operário, ele apreende a condição operária segundo esquemas de percepção e apreciação diferentes dos esquemas utilizados pela própria classe operária para apreender tal condição (BOURDIEU, 2007, p. 350).

Assim, para Bourdieu, intelectuais não apenas estão impossibilitados de se relacionar com o *habitus* da classe operária, mas sua aproximação das demandas sociais populares é indesejável e danosa à produção de conhecimento científico.

Michael Burawoy, autor que procura estabelecer um diálogo entre o aparato conceitual de Bourdieu e as reflexões de Antonio Gramsci, chama atenção para a diferença fundamental entre o conceito de “hegemonia” de Gramsci e o de “violência simbólica” de Bourdieu. Segundo ele, “a hegemonia é explícita e desabrida, portanto, pode ser subvertida pelo intelectual orgânico; já a violência simbólica é sorrateira e inconsciente, sendo apenas acessível aos sociólogos como intelectuais tradicionais” (BURAWOY, 2010, p. 65). A perspectiva de Bourdieu, portanto, pressupõe que as/os dominadas/os não têm uma percepção verdadeira da dominação simbólica. Considerando isso, ao aproximar-se das classes populares, o/a intelectual “arrisca-se a ser contaminado por suas concepções equivocadas”, ou ainda a “exercer um despotismo esclarecido e manipular os trabalhadores” (BURAWOY, 2010, p. 61-62).

Ao referir-se a uma solução para a necessidade de autonomia do campo científico, Bourdieu utiliza a figura de uma “torre de marfim” na qual as/os intelectuais se encastelariam, desvinculados de quaisquer interesses de classe e servindo unicamente à cientificidade. Dentro da torre, “se julga, se critica, se combate mesmo, mas com conhecimento de causa; há confronto, mas com armas, instrumentos científicos, técnicas, métodos” (BOURDIEU, 1997, p. 89).

Segundo Burawoy, a concepção de intelectual para Bourdieu pode ser relacionada ao conceito de intelectual tradicional para Gramsci – aquelas/es que se apresentam como dissociados de quaisquer interesses e qualquer classe social e, por isso, seriam autorizados/as a proferirem suas análises objetivas da realidade. Para Burawoy, uma crítica gramsciana à Bourdieu se daria no sentido de denunciar a falsa autonomia dos/as intelectuais tradicionais, advogando que “intelectuais da classe

dominante precisam manter-se autônomos para poderem se apresentar como portadores de uma (falsa) universalidade” (BURAWOY, 2010, p. 63). Se, para Bourdieu, a autonomia total e ideal do campo científico poderia resultar, em última instância, num saber crítico capaz de desmascarar a dominação, numa perspectiva gramsciana, essa separação resulta na manutenção da hegemonia da classe dominante. Em uma bela passagem do Caderno 11, Gramsci faz uma crítica cabal à dissociação entre intelectuais e o povo:

O erro do intelectual [tradicional] consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo (GRAMSCI, 2006b, p. 221).

Cabe assinalar ainda que Bourdieu percebe esse encastelamento intelectual na torre de marfim da academia como uma situação ideal, não havendo na realidade nenhum campo totalmente autônomo. A consequência disso é a presença de uma ambiguidade estrutural nos campos: “os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica” (BOURDIEU, 2004, p. 41). É essa percepção, que ressalta a convivência de disputas políticas e científicas dentro do campo científico, o que mais nos interessa nas formulações de Bourdieu. Afinal, trabalhar com a ideia de um campo autônomo ideal não faz sentido se nosso foco recai justamente sobre as disputas internas aos campos e sua relação com as “influências externas”, tão indesejáveis na opinião do sociólogo.

Em relação a essas disputas, Bourdieu afirma a importância de observar as diferentes posições ocupadas dentro do campo científico por agentes nele inseridos para que se possa compreender verdadeiramente sua atuação. Essa diversidade de posições associa-se à distribuição do que Bourdieu chama de “capital científico” – “uma espécie particular do capital simbólico (...) que consiste no reconhecimento de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Se “o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas mesmas postas em jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 29), as/os agentes inseridos nele desenvolvem estratégias no sentido de conservar ou de transformar sua estrutura,

e pode-se verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Nesse contexto, aqueles/as que ocupam posições privilegiadas, associadas no campo intelectual frequentemente a uma “origem social e escolar elevada”, estão munidos de um conhecimento mais estabelecido das “regras do jogo”, estratégia que Bourdieu nomeia como a “arte de antecipar tendências” (BOURDIEU, 2004, p. 28). Por outro lado, aqueles/as que ocupam posições de menos destaque, ao passo que “arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados”, “podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas as disposições, para conformá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Embora as formulações de Bourdieu carreguem uma percepção demasiadamente individualizada dos atores sociais, principalmente considerando seu ideal de desvinculação entre intelectuais e trabalhadores, seu conceito de “trajetória” é bastante útil metodologicamente, na medida em que ressalta disputas e estratégias. Bourdieu define a trajetória como uma “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”, sugerindo que se entendam os acontecimentos biográficos como “colocações” e “deslocamentos” nos campos. Investigar uma trajetória intelectual seria, portanto, analisar os estados sucessivos dos campos nos quais ela se desenrolou e o conjunto de relações objetivas que o/a intelectual estabeleceu com os demais agentes envolvidos no campo (BOURDIEU, 2006, p. 189-190).

O problema do distanciamento *versus* aproximação de intelectuais com as questões sociais e os grupos subalternos é vista de uma maneira diversa por Edward Said. O livro *Representações do intelectual* reúne conferências proferidas pelo crítico literário palestino para a rede BBC em 1993 acerca do tema. Nessas conferências, Said elabora não tanto uma definição de caráter teórico e metodológico do conceito intelectual, mas uma exposição, de uma perspectiva bastante auto-biográfica e subjetiva, de suas “exigências sobre o papel do intelectual na sociedade” (SAID, 2003, p. 12). Com isto, Said se refere não ao que *é*, mas ao que *deveria ser* um/a intelectual na sociedade contemporânea, ou seja, que papel deveria exercer e que valores deveriam guiar sua atuação. Isso não significa dizer que os autores trabalhados até aqui não tenham também desenvolvido suas reflexões a partir de uma perspectiva isenta de subjetividade

– o conhecimento é sempre uma produção parcial. Mas as formulações de Said parecem-me mais prescritivas do que analíticas, em comparação às de Gramsci e de Bourdieu.

As “exigências” de Said sobre o papel dos/as intelectuais apresentam alguns problemas. De início, o autor deixa claro que a/o intelectual deve atuar “como um outsider, um ‘amador’ e um perturbador do status quo” (SAID, 2003, p. 10), perspectiva que desvela com mais detalhes ao longo das conferências. Embora Said reafirme constantemente que a/o “intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não têm representação” (SAID, 2003, p. 35), isso não significa a defesa de uma associação orgânica, nos termos de Gramsci, a qualquer grupo social definido. O autor advoga pela busca de uma “relativa independência em face de tais pressões” e é nesse sentido que a/o intelectual deve ser “um exilado e marginal”, ao manter-se independente de vinculações sociais específicas (SAID, 2003, p. 15).

É interessante notar que o autor não percebe os/as intelectuais que atuam para manter o status quo como vinculados organicamente aos grupos dominantes, mas como intelectuais que foram “cooptados” pelos “poderes” para conferir-lhes “autoridade com seu trabalho enquanto recebem grandes lucros” (SAID, 2003, p. 14-15). Contra essa cooptação coloca-se a necessidade da busca por independência. Outro desacordo significativo com a perspectiva gramsciana é que, para Said, intelectuais são aqueles que se apresentam como tal, não podendo ser “ser confundidos com um funcionário anônimo ou um burocrata solícito” (SAID, 2003, p. 27). Essa perspectiva nega a ampliação do conceito de intelectual operado Gramsci, que incorpora todos aqueles/as que trabalham organicamente para a manutenção da hegemonia – não apenas estudiosos/as especialistas, mas também “funcionários” e “burocratas”.

Said afirma que se, por um lado, a/o intelectual não deve ser “um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses”, ela/e deve exercer a função fundamental de *representar*. Mais do que uma função, na verdade, trata-se de “uma *vocação* para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2003, p. 25, grifo nosso). A ideia de “público” aparece de forma bastante genérica no texto de Said, opondo-se ao espaço restrito dos pares intelectuais. Mas ainda que o autor explicita que o/a intelectual deva se dirigir amplamente a um público e não manter-se fechado/a em uma “torre de marfim”, não fica claro a que se refere esse ponto de vista que o/a intelectual deve representar. Podemos, nesse ponto, recuperar a posição de que

os/as intelectuais devem se alinhar aos “fracos” e aos “que não tem representação”, compreendendo estes como sendo os grupos sociais subalternos. Mas se Said sublinha a importância da independência dos/as intelectuais em face de qualquer vinculação específica a grupos sociais, quem ou o que afinal eles/as devem representar?

A resposta parece estar em noções como a de “verdade” e de “justiça”, tomadas como conceitos universais, para não dizer ontológicos, no discurso de Said. Assim, antes de qualquer “filiação partidária do intelectual enquanto indivíduo, das origens e de lealdades ancestrais” viriam “os padrões de verdade sobre a miséria humana e a opressão” (SAID, 2003, p. 12). As representações de intelectual, para Said, desvinculam-se diretamente dos grupos sociais para serem uma “*atividade em si*, dependentes de um estado de consciência e ética que é cética, comprometida e incansavelmente devotada à investigação racional e ao juízo moral” (SAID, 2003, p. 33).

Esse caráter vocacional da função de intelectual, que deve envolver a posição de “perturbador do status quo” tem como decorrência certa carga de martírio. O estado de “alerta constante, de disposição perpétua para não permitir que meias verdades ou idéias preconcebidas norteiem as pessoas” envolve “um realismo firme, uma energia racional quase atlética e uma luta complicada para equilibrar os dilemas pessoais” (SAID, 2003, p. 36). Mas tais atributos não evitam, segundo Said, “a realidade inescapável de que tais representações por intelectuais não vão trazer-lhes amigos em altos cargos nem lhes conceder honras oficiais”, sendo a função de intelectual seja fundamentalmente solitária (SAID, 2003, p. 17). Essa percepção afasta-se em muito da sistematização de Pierre Bourdieu do campo intelectual, caracterizado por um jogo de poder envolvendo capital simbólico, reconhecimento formal, premiações etc. Ignorar aspectos como esses coloca as formulações de Said no âmbito da idealização, como já foi dito anteriormente: o autor não faz uma análise da dinâmica real da intelectualidade, mas uma prescrição de como os intelectuais *deveriam* atuar. Cabe ressaltar que o caráter prescritivo não impede necessariamente uma formulação teórica analítica da realidade. Os escritos de Gramsci deixam claro como é possível considerar as/os intelectuais como agentes no conjunto das relações sociais, analisando sua dinâmica de funcionamento com o intuito de pensar possibilidades de interferência na realidade e de transformação social. Aliás, o erro metodológico a que Gramsci se referiu, o de compreender intelectuais pelo que lhes é intrínseco e peculiar, e não dentro do conjunto das relações sociais, parece ser o erro em que Said incorre.

Em resumo, para Edward Said intelectual deve ser

“alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (...); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes e das nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas” (SAID, 2003, p. 25).

O problema da noção de “cooptação”, ao qual já nos referimos anteriormente, bem como a caracterização de intelectual como “marginal” e “outsider”, reforçam uma percepção dessa função como essencialmente autônoma e independente. O perigo dessa visão está, novamente, na falácia do/a intelectual tradicional, explicitada por Gramsci, que o/a desvincula de interesses de classe. Embora Said afirme a importância da defesa do lado mais “fraco” da sociedade pelos/as intelectuais, essa defesa não significa uma vinculação aos grupos subalternos. Said insiste que o lugar de intelectual não é como parte integrante da luta social, mas fora dela, à margem, *outside*. Soma-se a isso um entendimento de que sua função é fundamentalmente representativa. Para Said, intelectuais devem tratar de representar aquelas/es que não são devidamente representadas/os na sociedade – o que significa, por conseguinte, uma delegação da representação, dando a entender que os/as mais “fracos”/as não conseguem representar a si mesmos/as. Enquanto Gramsci sublinha a importância de que as classes populares produzam suas/seus próprias/os intelectuais orgânicas/os, Said não defende especificamente tal necessidade. Nas conferências, o autor evita termos que caracterizem explícita e historicamente a opressão e a dominação entre os grupos humanos, baseando seu senso de justiça em “princípios universais” de caráter genérico, como na expressão “padrões de comportamento decentes”, de sentido bastante subjetivo.

É bastante interessante que Said ressalte a existência de “uma mistura muito complicada entre os mundos privado e o público” nas representações de intelectual. Com isso, ele se refere ao fato de que seus valores, escritos e posições como intelectual “provêm, por um lado, de minhas experiências e, por outro, da maneira como se inserem no mundo social”. Assim, segundo o autor, “há sempre a inflexão pessoal e a sensibilidade de cada indivíduo, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito”

(SAID, 2003, p. 26). Explicita-se aí a contradição “complicada” entre a defesa a necessidade de um posicionamento político por parte do intelectual e, ao mesmo tempo, compreendê-lo como um “*outsider*” autônomo em relação aos grupos sociais.

É possível perceber, através das formulações dos três autores em torno da função de intelectual, que a noção dominante no senso comum de um indivíduo que analisa e compreende a sociedade a partir de uma posição ativa tem implicações sócio-políticas muito significativas. Ao deslocar o poder de análise – o poder do *saber* – dos grupos sociais interessados e, principalmente, dos subalternizados, para a figura do indivíduo, associa-se o pensamento intelectual a uma espécie de verdade cientificamente neutra, desinteressada e, portanto, *justa*. Nesse sentido, explicitar e enfatizar a vinculação dos/as intelectuais aos grupos sociais em conflito e localizá-los/as no interior da sociedade, e não acima ou fora dela, significa posicioná-los necessariamente dentro do conflito. Somente através dessa explicitação é possível desconstruir definitivamente a ideia de neutralidade do pensamento intelectual, que traveste interesses políticos específicos de grupos via de regra dominantes em interesses universais.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.